

SOBRE ALEGORIAS E INTERVENÇÕES NA (SEMI)
PERIFERIA –
ALTERNATIVAS À ESCRITA HISTÓRICA EM CAMPO
DE TRÂNSITO DE
JOÃO PAULO BORGES COELHO E *LIFE & TIMES OF*
MICHAEL K DE J.M. COETZEE¹

OF ALLEGORIES AND INTERVENTIONS IN THE SEMI-
PERIPHERY –
ALTERNATIVES FOR HISTORICAL WRITING IN
JOÃO PAULO BORGES COELHO'S *CAMPO DE TRÂNSITO*
AND J.M. COETZEE'S *LIFE & TIMES OF MICHAEL K*

Marta Maria Banasiak

Doutora em Estudos Africanos pela
Universidade de Lisboa.

1 O presente ensaio faz parte da tese de doutoramento intitulada *Os lugares do outro: representações das relações de poder na obra de João Paulo Borges Coelho e J.M. Coetzee* (FLUL, Lisboa).

Resumo: Tomando como ponto de partida teórico a proposta teórica de Warwick Research Collective no presente ensaio propõe-se uma análise comparativa de *Campo de Trânsito* de João Paulo Borges Coelho e *Life & Times of Michael K*, de J.M. Coetzee. A análise foca as modalidades narrativas através das quais os autores driblam entre as formas alegóricas e diretas de reflexão sobre as realidades mundiais e locais.

Palavras-chave: Literatura-mundial, alegoria nacional, relações de poder.

Abstract: Taking the theoretical proposal of Warwick Research Collective as a starting point, in the present essay we propose a comparative analysis of João Paulo Borges Coelho's *Campo de Trânsito* and J.M Coetzee's *Life and Times of Michael K*. The analysis focuses on the narrative modalities through which the authors drift between allegorical and direct forms of reflection on world and local realities.

Keywords: World-literature, national allegory, power relations.

Campo de Trânsito (2007) de João Paulo Borges Coelho e *Life & Times of Michael K* (1983) são os romances unidos pelo retrato de espaço inóspito do campo de trabalho forçado e uma nebulosa situação kafkiana. São também romances provenientes de países vizinhos, ligados pelos fortes laços históricos, políticos e económicos. Ao longo do presente ensaio vamos dedicar-nos a uma análise translinguística desses dois romances, tecendo uma reflexão sobre as modalidades usadas para manter a narrativa entre os registos locais e universais. Abordagem que, por sua vez, permite que o enredo atenda às questões de cunho político e de denúncia e preocupação social, colocando simultaneamente essas questões dentro da dimensão mais ampla da experiência do sofrimento humano. Ao nosso ver, essa *saída* do contexto de língua portuguesa e a sua substituição pelo contexto de proximidade geográfica manifesta-se como um contributo pertinente para o debate sobre a literatura-mundial, principalmente se a encaramos não como um conjunto de textos consagrados, mas sim como os textos que espelham as realidades de cunho extraliterário. Neste contexto, ganha o nosso maior interesse a abordagem desenvolvida por Warwick Research Collective. Os membros do coletivo formulam uma proposta teórica em que a literatura-mundial não se baseia no julgamento estético, mas é entendida como uma “categoria analítica” (WReC, 2015, p. 49) e que foca os processos históricos, políticos e económicos

resultantes da mundialização do capitalismo concentrando o seu interesse nos espaços (semi)periféricos. Concebe-se aqui então a literatura-mundial não como um modo de ler ou um novo, repensado, cânone, mas como um sistema que corresponde diretamente com o sistema político-económico e que se caracteriza pela sua mistura e desnivelação (entendida como oposta à diferença). Por outras palavras, o coletivo propõe uma conceptualização que se define no eixo triplo sistema-mundo moderno/modernidade/literatura-mundial, em que a modernidade atende a uma dupla função, “both what literature indexes or is “about” and what gives world-literature its distinguishing formal characteristics” (WreC, 2015, p. 15). Como característica fundamental sublinha-se aqui o facto de a modernidade, entendida como um fenómeno igualmente “combinado e desnivelado”, não se configura como um fenómeno que começa num lugar (centro) e posteriormente chega aos outros espaços (semiperiferia e periferia), mas como algo que “acontece” em todo o sistema ao mesmo tempo, cujos efeitos e manifestações são desnivelados (desiguais). Combinar esta proposta com a abordagem transnacional e translíngua, permite-nos observar as obras analisadas com uma espécie de objetiva fotográfica que possibilita alternadamente ampliar e reduzir o campo da visão: mundial-capitalista, (semi) periférico, Moçambique e África do Sul enquanto uma área, e, por fim, contexto nacional, fazendo com que

essas categorias não se tornem contraditórias, mas sim que funcionem como camadas de um *totum*.

Igualmente, esta proposta teórica aponta nitidamente para uma relação inseparável entre a obra literária e o contexto político-social do seu território de origem, a (semi) periferia, neste caso, o que, por sua vez, leva-nos a conhecida ideia de Frederic Jameson.

No seu polémico texto “Third-World Literature in the Era of Multinational Capitalism” (1986) Jameson declara que:

Third-World texts, even those which are seemingly private and invested with a properly libidinal dynamic – necessarily project a political dimension in the form of national allegory: the story of the private individual destiny is always an allegory of the embattled situation in the public third-world culture and society. (JAMESON, 1986, p. 69)

Como é sabido o ensaio de Jameson desencadeou uma exuberante crítica e tornou-se praticamente um texto-símbolo de eurocentrismo e do paternalismo académico do Ocidente. Tal crítica deve-se, antes de mais, ao facto de se tratar de um ensaio universalizante e generalizador, pois Jameson afirma que “[a]ll third-world texts are necessarily, I want to argue, allegorical, and in a very specific way: they are all to be read as what I will call *national allegories*” (JAMESON, 1986, p. 69); em segundo lugar por revelar uma suposta tendência ocidental de empurrar para o

terceiro-mundo as técnicas (alegoria) e conceitos (nacionalismo) que se gastaram ou faliram no *primeiro-mundo*. Aijaz Ahmad, autor do talvez mais conhecido ensaio crítico referente ao texto de Jameson², questiona mesmo a própria ideia da existência de algo chamado de terceiro-mundo. No entanto, mais de duas décadas depois da publicação do texto jamesoniano, a poeira que se levantou à sua volta começa a assentar e vários críticos começam a voltar ao ensaio sobre a alegoria nacional. Jane McGonegal afirma que:

Postcolonial criticism is justifiably marked, then, by a certain guardedness against any potential incursion of Eurocentrism into its own discursive structures. Yet in the case of its overall response to Jameson's speculations on national allegory, this unspoken and unofficial policy of protectionism has led to a premature and categorical dismissal of an idea considerably more complex than its detractors have acknowledged. (McGONEGAL, 2005, p. 252)

McGonegal, desta forma, concorda com o que, uns anos antes, havia sido notado por Imre Szeman ao dizer que “while criticisms of Jameson's views may have thus been useful or productive in their own way, they have nevertheless tended to obscure and misconstrue a sophisticated attempt to make sense of the relationship of literature to politics in the decolonizing world” (SZEMAN, 2001, p. 804).

2 Ver Ahmad (1987).

Os estudiosos mencionados, ao desconstruírem as anteriores críticas do conceito da alegoria nacional, visam questionar “the relationship of allegory (as a mode of interpretation) to the nation (as a specific kind of sociopolitical problematic) and what this relationship entails for a global or transnational literary or cultural criticism” (SZEMAN, 2001, p. 805). Outra questão fulcral que parece ter sido desentendida pelas críticas feitas ao texto de Jameson é o facto de nele se destacarem os problemas do conhecimento cultural e histórico do leitor enquanto meta-comentário à leitura, os seja, os *vícios* de leitura de um leitor ocidental. Esse aspeto é problematizado por Neil Lazarus no seu livro *The Postcolonial Unconscious* (2011) cujo título, de resto, claramente evoca o livro de Jameson intitulado *The Political Unconscious* (1981). Lazarus afirma que:

Those postcolonialists who have taken offence at his formulation, believing that Jameson is patronisingly consigning ‘third-world literature’ to third-class status, have misread him. It is not in the least that ‘third-world literature’ is not, in his eyes, ‘as good as’ (‘western’) canonical literature. It is rather that the (‘western’) canon serves in ‘first-world’ thought as a false universal, preventing any concrete engagement with ‘third-world’ (or culturally different) texts. (LAZARUS, 2011, p. 104)

Essas questões levantadas e desmistificadas pela recente crítica, isto é, a alegoria enquanto modo de

representação no âmbito da análise literária transnacional e a importância das ferramentas e modos de interpretação, revelam-se elementos cruciais para a interpretação e comparação dos romances em análise.

No entanto, antes de podermos prosseguir com a análise dos dois romances verifica-se pertinente dedicar algum espaço a exposição das complexas relações entre Moçambique e África do Sul. As relações entre Moçambique e África do Sul, como aliás é evidente, são longas e contínuas e perpassam todos os patamares de convivência política, económica e cultural. Como se pode facilmente pressupor, em vários aspetos trata-se de uma relação desigual, marcada pela posição económica superior da África do Sul. Talvez o elemento mais conhecido, e ao mesmo tempo mais mapeado, dessa “dependência” seja a longa história dos trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas, que se inicia no século XIX no contexto de trabalho forçado promovido pelo estado colonial português. Ao longo do tempo, porém, as minas sul-africanas tornaram-se o destino frequente de emigração económica e, ao abranger posteriormente outros sectores económicos precários, continua mais que vivo até aos dias de hoje.³

Em termos de “tematização” da ligação entre os dois países no contexto do sistema-mundo, isto é,

3 Sobre esse assunto ver por ex: Covane (1989), Harris (1994), Mungoi (2010).

da relação entre periferia e semiperiferia, que numa situação de afunilamento passa a desempenhar um papel central, é vista em dois textos, divididos, ironicamente, por toda a história da literatura moçambicana, e ao mesmo tempo por toda a história do país independente. Em 1964 Rui Knopfli escreve:

O meu Paris é Johannesburg
um Paris certamente menos luz
mais barato e provinciano. (KNOPFLI, 1969, p. 29)

Nota-se aqui numa espécie de desdobramento da articulação na forma como o sujeito lírico se posiciona perante o país vizinho e como posiciona este país no mundo. Apesar de reconhecer um certo cariz provinciano de Joanesburgo - “tudo com o ar sincero/mas pouco convincente do made in U.S.A.” (KNOPFLI, 1969, p. 29), o autor aponta para a cidade, ou então, escolhe-a como centro do seu universo local. Quarenta e três anos mais tarde, em 2007, JPBC escreve a sua novela burlesca *Hinyaamban*, que retrata a viagem inversa – a da semiperiferia “centralizada” para a periferia “demonizada”. Nesta novela o escritor, ao desvendar múltiplos estereótipos e preconceitos existentes sobre Moçambique na sociedade sul-africana contemporânea, confronta-os com a realidade e revela as características nitidamente provincianas das suas personagens sul-africanas.

Repare-se, porém, que apesar das relações entre esses dois países vizinhos serem bastante acentuadas, no que respeita à crítica literária são bastante raras as análises comparativas que abordem as ligações entre esses dois sistemas literários. Como causa principal desta lacuna destaca-se obviamente a diferença linguística, isto é, a tendência de manter as respetivas literaturas dentro dos seus contextos linguísticos, neste caso a “lusofonia” e a “anglofonia”. Como escreve Stefan Helgesson, autor de um dos poucos trabalhos comparativos translinguísticos sobre as literaturas da África austral, “like radio channels using different wavelengths there is and has been remarkably little contact between anglophone and lusophone linguistic communities in southern Africa” (HELGESSON, 2008, p. 9).

Esse facto leva-nos para a proposta feita por Gayatri Spivak relativamente à utilidade da união entre *Area Studies* e *literature comparada* onde a estudiosa afirma que, “[w]ithout the support of the humanities, Area Studies can still only transgress frontiers, in the name of crossing borders; and without a transformed Area Studies, Comparative Literature remains imprisoned within the borders it will not cross.” (SPIVAK, 2000, p. 385). Ultrapassar as fronteiras linguísticas permite-nos focar uma microárea da costa leste da África austral composta por dois países vizinhos relacionados por uma vasta rede de ligações de cunho político, económico e cultural. Pensar esta área den-

tro da abordagem teórica do Warwick Research Collective permite-nos, por sua vez, ponderá-la dentro de uma rede de interligações e interações existentes ao nível mundial nos espaços (semi)periféricos.⁴ Esse ponto de partida teórico, por sua vez, possibilita-nos focar o nosso material analítico simultaneamente em vários paramares alargando ou reduzindo o contexto, afunilando dessa forma a nossa perspectiva. Os referidos paramares correspondem neste caso às categorias como: mundial-capitalista, (semi)periférico, Moçambique e África do Sul enquanto uma área, e, por fim, contexto nacional, fazendo com que essas categorias não se tornem contraditórias, mas sim que funcionem como camadas de um *totum*.

*Campo de Trânsito*⁵, de João Paulo Borges Coelho⁶ e *Life & Times of Michael K*⁷, de J.M. Coetzee⁸ são romances que, de uma forma bastante evidente, lidam com a alegoria e com a política⁹: com alegoria, tanto ao nível da construção narrativa quanto ao nível da

4 Paulo de Medeiros (2016) aponta para a importância que a proposta do WReC coloca no espaço (semi)periférico como especialmente vantajosa na análise das literaturas lusófonas.

5 A seguir *CT*.

6 A seguir JPBC.

7 A seguir *LTMK*.

8 A seguir JMC.

9 Permitimo-nos neste momento, mais uma vez, recorrer a Imre Szeman que destaca a fusão dos termos político e nacional, facto que, para os fins do presente trabalho, é fundamental: “What Jameson describes as national allegory could just as easily have been called political allegory: the nation seems to serve little purpose here, and can only inhibit analyses of third world literary texts insofar as it seems to point to the nation as the (natural) space of the political in the third world.” (SZEMAN, 2001, p. 816).

(possível) interpretação; com a política, tanto na base de representações das relações biopolíticas quanto ao nível do jogo que os seus autores executam entre vários níveis de referências históricas e sociais dos respetivos países. Por outras palavras, os autores recorrem à alegoria como instrumento para fugir da narrativa histórico-política direta. Os dois romances balançam constantemente na beira do histórico, conceito entendido aqui enquanto ligação direta entre o local e o político, aproximando e afastando-se dele, como se fosse um jogo de cabra cega, passando pelos mais variados níveis da enunciação literária. No entanto, os movimentos da narração parecem optar por vetores bastante diferentes em cada um dos autores. Será que, no entanto, os objetivos, são tão diferentes assim?

O elemento que une os dois romances e que mostra ser mais que pertinente para nós é a espécie de ‘confusão’ ou inquietação interpretativa que causou entre os críticos e académicos. Isto é, enquanto as análises de *CT* variam entre as que ligam o livro diretamente aos campos de reeducação em Moçambique e as que procuram a sua colocação num campo mais vasto da condição humana, a crítica principal com a qual se debateu *LTMK* foi a aparente falta de resistência à opressão por parte do protagonista, facto que parecia não cumprir as expectativas sociais no momento da sua publicação. Em *CT* e *LTMK* presenciamos à transposição de uma situação política de emergência, nomea-

damente o estado de exceção, para o tecido literário. A tessitura ficcional alegórica de ambas as obras permite localizar a sua interpretação em vários níveis de concretização político-histórica.

No caso de *CT* a tendência de colocar a narrativa (por parte do leitor historicamente consciente) no quadro histórico de Moçambique da pós-independência ocorre, de alguma maneira, involuntariamente, o que se coaduna também com o que Imre Szeman propõe ao dizer que a alegoria nacional jamesoniana “foregrounds (metacritically) the cultural/social situation of the reader of the text (...)” (SZEMAN, 2001, p. 812). Como repara Fátima Mendonça, a nossa tendência de colocar o texto de JPBC no campo da memória coletiva de um país chamado Moçambique parte “do facto de o autor ser moçambicano e de como leitores estarmos munidos do preconceito de que o espaço da narrativa é o espaço de origem do escritor.” (MENDONÇA, 2007), que por sua vez, repensado em contexto de novas análises do conceito jamesoniano, nos força a uma atenção redobrada e ajudará a controlar o meta-comentário de experiência/conhecimento enquanto leitores e, principalmente, o meta-comentário de expectativa que se põe perante os textos provenientes das zonas (semi)periféricas. Trata-se aqui claramente das questões relacionadas com o conceito de “anthropological exotic”, que permite com que a literatura seja encarada como “the more or less transparent window onto a richly detailed and

culturally specific, but still somehow homogeneous – and of course readily marketable – African world. (HUGGAN, 2001, p. 37).

Desde as primeiras páginas do romance é visível o esforço do autor, que faz tudo para afastar a diege-se de qualquer concretização geográfica. Ao longo da narrativa não surge nenhuma referência direta que a possa ligar a um espaço geográfico específico, fosse ele Moçambique ou outro qualquer. Isto vale não somente para as referências topográficas, mas, principalmente, para as referências culturais que pudessem ser manifestadas através da linguagem. Borges Coelho evita, com o maior cuidado, o uso de expressões e termos característicos do português oral de Moçambique optando sempre pela mais neutral forma da língua portuguesa, fintando desta forma o leitor a cada passo. Só para mencionar alguns exemplos, a mulher do professor em vez de machamba tem uma horta onde planta couves e espargos no lugar dos mais esperados, milho ou mandioca; o que impede o protagonista de beber cerveja gelada na noite que antecede a sua captura é a avaria do frigorífico e não da geleira.

Fátima Mendonça aponta para o duplo efeito desta ocultação da referencialidade que,

por um lado, faz o texto escapar ao fascínio antropológico que tanto parece seduzir alguns estudiosos das literaturas africanas, aspecto criticado duramente pelo escritor nigeriano Chinua Achebe, como sendo uma

desvalorização destas literaturas. (...) Por outro retira-lhe as possibilidades de relação directa com factos históricos. (MENDONÇA, 2007)

É essa ocultação da evidencialidade histórica, posta em diálogo com o meta-texto representado pelo conhecimento factográfico do leitor, que alarga a dimensão interpretativa do romance, independentemente do facto de querermos ou não ler o local de forma global. Nazir Can aponta para esta eventual reversibilidade interpretativa ao dizer que,

mais do que a descrição factual e histórica de um acontecimento local (os campos de reeducação do Moçambique independente), CT incide em algo que se inspira no local e se alarga às lógicas de formação de poder nas sociedades modernas; ou se quisermos, que se inspira no universal para ler um acontecimento recente da História de Moçambique. (CAN, 2014, p. 109)

O protagonista do romance, depois de capturado é transportado para uma realidade cujo quotidiano é dividido entre três principais espaços isolados: Campo Antigo, Campo de Transição e Campo Novo que representam, por sua vez, o passado/tradição, o presente/Estado moderno e o futuro/sociedade industrial. Os mecanismos de funcionamento de cada um são-nos revelados através das visitas de Mungau a cada um deles e dos contactos deste com as três figuras correspondentes a esses três espaços temporais: o Chefe de Aldeia, o Diretor e o Professor. Essa tríade

duplicada é dirigida pelo Diretor a partir do espaço intermédio e através de normas bem definidas e estritas, de forma que tanto o passado quanto o futuro se manifestam como conceitos/espacos por excelência em construção, o que se dá através da ideologia de coletividade e apagamento dos elementos individualistas. Por outras palavras, o Diretor nada mais representa que o poder do Estado, facto aliás explicitamente destacado dentro da narrativa:

(...) – o Diretor é a autoridade máxima no Campo de Trânsito – mas sobretudo desde que o longínquo Estado chegou e tomou conta de tudo. O Diretor é o Estado, se é que este último se pode resumir numa única pessoa. (CT, p. 134)

Por esta razão, tanto o passado como o futuro dos seus cidadãos encarcerados é (re)construído a partir da decisão soberana e do seu poder controlador relativo a ambos. Repare-se que a sede do Diretor se encontra no Campo de Trânsito, a diligência do Estado está fixada no presente, e é a partir do presente que o soberano age sobre o passado e sobre o futuro. Assim como o Diretor tem o poder direto sobre os seus funcionários nos dois outros campos, o Estado assume o poder de (re)construção seletiva do passado e a construção planeada do futuro.

Assim sendo, os prisioneiros do Campo Antigo que expiam o crime da memória (individual) dividem os seus dias de aprisionamento entre a busca das tru-

fas e das ossadas do Chefe Original, sendo a segunda uma verdadeira obsessão do Chefe de Aldeia que, enquanto apologista da tradição, embarca no caminho de construção de uma tradição unificada que pudesse servir a coletividade:

«Tens de aprender a distinguir lembrança de tradição, Prisioneiro», diz. «Ambas dependem da memória, mas são inteiramente diferentes. Enquanto a lembrança é um exercício individual e rebelde, fútil e pouco produtivo, a tradição é fruto da ordem. Estes prisioneiros chegaram aqui com as suas privadas e desprezíveis lembranças. Acusavam as autoridades de acontecimentos antigos, acontecimentos dispersos que hoje não fazem qualquer sentido. Aos poucos, contudo, vão chegando à tradição, a este sentido supremo que é sabermos todos de onde vimos, esta certeza de virmos todos do mesmo lugar. E sobretudo, esta vontade de fazermos hoje como foi feito antigamente.» (CT, p.102)

Os encarcerados no Campo de Trânsito estão a ser subjugados aos ensinamentos do Professor sobre o “aspecto fundamental [da coletividade] que é o da transformação” a fim de cumprir o plano de se tornarem uma verdadeira coletividade, isto é “uma união de singularidades transformadas” (CT, p. 76), enquanto os prisioneiros do Campo Novo, já aparentemente formatados, dedicam-se ao trabalho numa indústria de extração, usando os ensinamentos para combater o atraso em prol da modernização:

Aquilo que a limitada singularidade consegue de dia, a natureza recupera de noite. O que a trémula luz ilumina, as trevas tragam! Só a colectividade permite resultados palpáveis neste combate sem quartel contra a selvagem natureza (aponta a sinistra floresta verde-escura com o seu pedagógico indicador). Contra a selvagem natureza até, atrevo-me a dizê-lo, que subsiste dentro de alguns de nós, uma doença a que alguns chamam de individualidade. (*CT*, p. 78)

No seu interessantíssimo “Guia prático para (des) construção de comunidades imaginadas” (2017), Emanuelle Santos propõe uma leitura de *CT* enquanto mediação entre as ligações com o local (histórico e moçambicano) e a dimensão mais universal referente aos processos de formação de nações enquanto comunidades imaginadas, a partir do conceito de pensamento de fronteira (*border thinking*) posto em diálogo com a teoria pós-colonial. A autora repara:

A análise dos discursos dessas três figuras essenciais no comando das atividades desenvolvidas nos campos estatais, onde evolui a narrativa, mostra que, no universo do romance, até as posições dissonantes marcadas pelas diferenças entre passado e futuro, tradição e modernidade, partilham a mesma lógica totalitária do apagamento ativo de uma diferença subjetiva, composta, em grande medida, pelas memórias individuais. (SANTOS, 2017, p. 145)

Em grande parte, o projeto literário de JPBC envereda pelo caminho de recuperação das memórias individuais que foram empurradas para a margem da

memória coletiva, dentro dos processos de formação identitária ocorridas durante o período de pós-independência em Moçambique. Neste contexto entende-se facilmente que a vinculação local de *CT* representa uma crítica mais ampla dos processos de construção da identidade nacional propostos pelas políticas de pós-independência. Mais uma vez de acordo com Emanuelle Santos:

Se compreendido na sua localidade – e, portanto, se considerado o seu potencial de reflexão acerca de modos de opressão cultural como a política estatal para construção de uma identidade nacional calcada numa ideia homogênea de moçambicanidade –, o romance oferece-nos uma crítica das dinâmicas internas do estado pós-colonial a partir de uma experiência da própria pós-colônia. (SANTOS, 2017, p. 148)

Resumindo, a supressão na diegese de referências temporais e geográficas claras, permite a JPBC colocar a situação descrita ao nível de uma alegoria, de uma história com contornos polivalentes, enquadrando-a numa crítica mais ampla e geral das sociedades modernas. No entanto, o caminho para essa crítica social – considerada num sentido mais concreto – é aberto a partir da relação entre a situação factual e o conhecimento que o leitor informado possui sobre a história de Moçambique independente. Por aqui, talvez se chegue à conclusão de que não se trata dos campos de reeducação *strictu sensu*, mas do projeto frelimista de criação do chamado Homem Novo. A atemporalida-

de e atopografia do texto permitem a recolocação da situação descrita numa série de outros tempos e espaços, tal como permitem verificar o perigo e aperceber-se das consequências. JPBC não parece fazer nem uma reflexão generalizada sobre a condição humana nem a crítica a um Moçambique descontextualizado, recortado do mapa dos acontecimentos mundiais – o mistério revela-se apenas no momento em que se dá a junção dos dois elementos. Isto é, usando o recurso da deslocalização da diegese, o autor consegue criar um efeito de gradual redução do campo de visão, em que, sem perder a noção de universalidade da história contada, possam ser colocados os processos políticos particulares ocorrentes no seu país de origem.

Enquanto o elemento problemático em *CT* gira em torno de saber se os campos lá descritos representam ou não os campos de reeducação em Moçambique, o elemento desestabilizador nas leituras de *LTMK* é o próprio protagonista ou, mais precisamente, a sua passividade face à opressão.

Devido ao facto de não faltarem no romance referências topográficas, não restam dúvidas de que se trata da África do Sul. Mais ainda, junto com escassas mas claras indicações de raça enquanto elemento que conduz à divisão social e à opressão dentro da narrativa, não restam dúvidas de que o local da diegese é a África do Sul sob o regime do *apartheid* e de que são denunciadas as suas atrocidades. No entanto, o romance encontra-se, aparentemente, longe de sugerir

propostas sócio-políticas diretas, e isto apesar de “the presentation of the truth and meaning of what white has done to black stands out on every page” (GORDIMER, 1984, p. 3). Publicado durante a época repressiva do *apartheid* e da luta pelos direitos da maioria negra, logo antes da proclamação do estado de emergência na África do Sul (1985), o romance teve de enfrentar críticas que o acusaram de ignorar a resistência, das quais talvez a mais conhecida seja a recensão de Nadine Gordimer, “The Idea of Gardening”:

Yet the unique and controversial aspect of this work is that while it is implicitly and highly political, Coetzee’s heroes are those who ignore history, not make it. That is clear not only in the person of Michael K, but in other characters, for example the white doctor and nurse in the rehabilitation camp, who are living in suspension (...), while for both history hesitated over what course it should take. No one in this novel has any sense of taking part in determining that course; no one is shown to believe he knows what that course should be. The sense is of the ultimate malaise: of destruction. Not even the oppressor believes in what he is doing, anymore, let alone the revolutionary. (GORDIMER, 1984, p. 3)

Não obstante, apesar da ausência de militância ou de revolta por parte do protagonista (e das outras personagens) – falta que deve ter tido um significado mais imediato em termos políticos na altura da publicação do romance –, o lado político localizado da narrativa encontra-se nas aparentes fugas da enun-

ciação direta, sendo transferido para a esfera privada e oculta.

Por outras palavras, através da forma indireta que se traduz em várias configurações alegóricas, Coetzee faz uma análise pormenorizada do sistema de opressão local que ultrapassa a denúncia das atrocidades cometidas pelo *apartheid*, inscrevendo-se também num plano de desconstrução das origens do sistema e questionamento das formas óbvias e mais esperadas da resistência.

Observamos que, graças ao facto de Michael representar uma figura aparentemente ingénuo, inconsciente dos processos históricos, que não toma posições políticas, as observações relativas ao mundo em seu redor que lhe são atribuídas permitem uma crítica ética da situação política:

He could understand that people should have retreated here and fenced themselves in with miles and miles of silence; he could understand that they should have wanted to bequeath the privilege of so much silence to their children and grandchildren in perpetuity (*though by what right he was not sure*¹⁰). (*LTMK*, p. 47)

Esta suposta dúvida por parte do protagonista parece ser, nada mais nada menos do que um direto questionamento das leis, ou melhor, do próprio direito, com base no qual a situação de opressão se torna possível. Isto, no momento em que o próprio opres-

10 Itálico nosso.

sor se perde nas razões da sua luta e só a muito custo consegue ainda descobrir os motivos do seu prosseguimento,

‘Also,’ I said, ‘can you remind me why we are fighting this war? I was told once, but that was long ago and I seem to have forgotten.’

‘We are fighting this war,’ Noël said, ‘so that minorities will have a say in their destinies.’ (*LTMK*, p. 157)

o outro, que supostamente o ameaça, não parece ter intenções que pudessem ser previstas por parte do opressor. Parece então que o medo do opressor não encontra correspondência nos “planos” do oprimido, pois este permanece obscuro, impenetrável:

Because whatever I have returned for, it is not to live as the Visagies lived, sleep where they slept, sit on their *stoep* looking out over their land. If this house were to be abandoned as a home for the ghosts of all the generations of the Visagies, it would not matter to me. It is not for the house that I have come. (*LTMK*, p. 98)

Jane Poyner, ao refletir sobre as potencialidades da ficção enquanto universo discursivo autónomo capaz de abalar outras modalidades discursivas como a História ou a ideologia do *apartheid* escreve, no contexto de *LTMK*, que:

[This] transgression of the *apartheid* law is also figured textually by the work’s (and Michael K’s) resistan-

ce to allegorical readings, even though as a number of critics have commented, the work is structured, paradoxically, by allegory(...). So Michael K resists not only state oppression but, as a character in a book, he resists interpretation. (POYNER, 2009, pp. 73-74)

Do nosso ponto de vista, é precisamente nesta ilegibilidade de Michael que se encontra tanto a resistência do protagonista perante o sistema opressivo quanto uma mais complexa declaração política relativamente ao regime particular em causa, o de *apartheid*.

O realizador haitiano Raoul Peck, ao falar sobre o seu documentário *I'm Not Your Negro* (2016), que aborda os temas da segregação e da discriminação racial nos EUA a partir da obra de James Baldwin, evoca a seguinte afirmação deste escritor:

“Este não é o meu problema. Foram vocês que o criaram, porque é que querem que seja eu a resolvê-lo? Eu sei quem sou e não vou continuar a fazer o que vocês querem”. (MOURINHA, 2017, p. 9)

A constante recusa de Michael de reconhecer, e, por consequência, de se opor ao opressor, a recusa de render a sua história, de a entregar ao opressor (mesmo se isso o pudesse salvar), manifestam-se a nosso ver como uma declaração política muito clara por parte do autor. Assim sendo, o silêncio do Outro, do oprimido, revela-se como sendo uma força, e não como uma fraqueza. É uma escolha consciente

de quem opta pelo caminho da resistência, e não de quem foi silenciado. E, acreditamos, a resistência entendida desta forma direciona-se não somente contra o Estado enquanto sistema político e ferramenta de opressão, mas também contra os discursos que tornam possível essa opressão, da qual o protagonista acaba por ser vítima.

Harold Bloom, ao comentar a obra de Kafka, escreve que “essa arte [a de Kafka], mais do que o trabalho de qualquer outro escritor com poderes comparáveis, existe numa tensão dialéctica com a possibilidade do comentário.” (BLOOM, 2011, pp. 440-441). Julgamos que, no caso dos dois romances analisados, cria-se uma situação similar em que a complexa tessitura alegórica das duas narrativas faz com que os textos se encontrem em permanente fuga a uma descodificação exata e imediata, abrindo ao mesmo tempo múltiplas vias interpretativas que, como pretendemos mostrar, driblam num constante jogo de referências entre o local e o global, o privado e o público. Embora JPBC parta, na nossa ótica, do universal para chegar ao local e JMC partindo do local amplie o carácter da narrativa para o universal, as leituras dos objetivos podem ser vistas como paralelas, apresentando retratos de ocorrências e processos históricos de um lugar específico, dentro da perspectiva mais ampla da *condition humaine*.

No início do presente ensaio sugerimos que a junção da proposta teórica do WreC, que foca os espaços

(semi)periféricos, com a abordagem transnacional e translinguística, permite-nos observar as obras analisadas com uma espécie de objetiva fotográfica que possibilita alternadamente ampliar e reduzir o campo da visão. Em *CT* e *LTMK* repara-se que os autores tendem a usar uma técnica parecida para manter a relação de uma situação kafkiana com a situação política dos respetivos espaços geográficos. Ao manter o leitor num constante entre registo entre o vago e o definido, o dito e o sugerido, enfim, entre o ‘universal’ e o local cria-se um efeito de vitalidade da história contada.

Neil Lazarus ao analisar o fenómeno que chama de “postcolonial modernisms” reflete sobre a obra kafkiana afirmando que:

With rare exceptions, surely, Kafka’s contemporary readers are not frozen in their tracks, rocked to their socks, by their encounter with him. Still less does the encounter leave them forever unconsoled (...). The unassimilable Kafka, we might therefore be led to infer, has become the canonized, assimilated Kafka. (LAZARUS, 2011, p. 30)

Entende-se que essa canonização ou assimilação de Kafka passa precisamente pelas suas interpretações existencialistas deslocalizantes e deslocalizadas que se traduzem naquilo que foi chamado de universal. Neste momento é indispensável salientar a carga que o termo universal comporta. Pois, se no seu senti-

do principal “universal” atende a algo semelhante ao ‘geral’, ou comum dentro do espaço que Spivak chamaria de planetário, não podemos esquecer a tendência ocidental, ou metropolitana para uma “interpretation of its own processes as universal” (WILLIAMS, 1990, p. 47). Neste contexto o suposto “universal” tende a significar algo que, se não for proveniente do Ocidente em si, seja no mínimo aceite por ele. Agora, se quisermos seguir esta via de pensamento, abre-se aqui uma espécie de armadilha. Por um lado, como foi explicitado, é frequente a crítica pós-colonial tender a opor-se às interpretações localizadas das literaturas (semi)periféricas, partindo do princípio de que estas diminuem o valor literário das obras. Por outro lado, a procura do *universal* corre o risco de cair na armadilha de procurar a aprovação do “centro”, ocidental, portanto. Acresça-se ainda que, como prova a afirmação de Lazarus, o “universal”, traduzido em *canónico* tende a perder a força de comoção. Essa força que se nutre do que Lazarus chama de “*disconsolation*” (2011, p. 31) e que indica como traço principal dos vários escritores pós-coloniais, Coetzee inclusive. Na base da análise de *CT* e *LTMK* feita neste ensaio arriscamos sugerir que é precisamente esse jogo duplo entre os registos locais e universais o que permite com que o enredo atenda às questões de cunho político e de denúncia e preocupação social, colocando simultaneamente essas questões dentro da perspetiva mais generalizada da experiência do sofrimento humano.

O mesmo jogo repetido ao nível crítico, isto é, ao nível da ferramenta analítica e do modo de interpretação permite, por sua vez, traçar as modalidades literárias (semi)periféricas e as suas linguagens de comunicação com a realidade.

Referências

- AHMAD, Aijaz. Jameson's Rethoric of Otherness and the «National Allegory». *Social Text*. vol. 17, p.2-26, 1987.
- BLOOM, Harold. *O Cânone Ocidental* (trad. Manuel Frias Martins). Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- CAN, Nazir Ahmed. *Discurso e poder nos romances de João Paulo Borges Coelho*. Maputo: Alcance, 2014.
- COELHO, João Paulo Borges. *Campo de Trânsito*. Lisboa: Caminho, 2007.
- COETZEE, John Maxwell. *Life & Times of Michael K*. London: Vintage Books, 2004 [1983].
- COVANE, Luís António. *As relações económicas entre Moçambique e África do Sul: acordos e regulamentos principais*. Maputo: AHM, 1997.
- GORDIMER, Nadine. The Idea of Gardening: *Life and Times of Michael K* by J.M. Coetzee *New York Review of Books*. February, 1984.
- HARRIES, Patrick. *Work, Culture and Identity. Migrant Laborers in Moçambique and South Africa, c.1860-1910*. Johannesburg: Witwatersrand University, 1994.
- HELGESSION, Stefan. *Transnationalism in Southern African Literature: Modernists, Realists and the Inequality of Print Culture*. New York: Routledge, 2008.
- HUGGAN, Graham. *The Postcolonial Exotic: marketing the margins*. New York: Routledge, 2001.
- JAMESON, Frederic. Third-World Literature in the Era of Multinational Capitalism. *Social Text*, 15, 1986, p.65-88.
- LAZARUS, Neil. *Postcolonial Unconscious*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- McGONEGAL, Julie. Postcolonial Metacritique, *Interventions*, 7:2, 2005, p. 251-265.
- MEDEIROS, Paulo de. Apontamentos para conceptualizar uma Europa pós-colonial. In: Sanchez, Manuela Ribeiro (org.), *Portugal não é um país pequeno*. Cotovia, Lisboa, 2006, p 339-356.

- MENDONÇA, Fátima. "Ovídio e Kafka nas margens do Lúrio", 2007 [online]. Disponível em: <https://ma-schamba.blogs.sapo.pt/fatima-mendonca-sobre-campo-de-transito-554369>. Acesso em 24 set 2018.
- MOURINHA, Jorge. A América no espelho de James Baldwin. *Ípsilon*, 19.05.2017.
- MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. *Identidades viajeras. Família e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de Moçambicanos para as minas da terra do rand, África do Sul*. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- POYNER, Jane. *J.M. Coetzee and the paradox of Postcolonial Authorship*. London: Routledge, 2009.
- SANTOS, Emanuelle. "Guia prático para (des)construção de comunidade imaginadas: a crítica pós-colonial a partir do pensamento de fronteira em *Campo de Trânsito*". In: KHAN, S.; SOUSA S. et al (orgs). *Visitas a João Paulo Borges Coelho. Leituras, diálogos e futuros*. Lisboa: Edições Colibri, 2017, p. 139-152.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Death of a Discipline*. New York: Columbia University Press, 2003.
- SZEMAN, Imre. Who's Afraid of National Allegory? Jameson, Literary Criticism, Globalization". *The South Atlantic Quarterly*, Vol.100, Nº 3, Summer 2001, 2001, p. 803-827
- WARWICK RESEARCH COLLECTIVE. *Combined and Uneven Development: Towards a New Theory of World Literature*. Liverpool: Liverpool University Press, 2015.
- WILLIAMS, Raymond. *The Politics of Modernism: Against the New Conformists*. London/New York: Verso, 1990.